



COORDENAÇÃO PARA A MULHER  
NO DESENVOLVIMENTO

# BOLETIM INFORMATIVO

Janeiro - Julho de 2018 | Edição N°29



Fórum Mulher - Coordenação para a mulher  
no Desenvolvimento

**“25 ANOS INSPIRANDO MULHERES E  
RAPARIGAS PARA UM MUNDO MELHOR”**

# ÍNDICE

Editorial .....	3
Fórum Mulher promove encontro de harmonização das contribuições da sociedade civil sobre o projecto de revisão da lei de sucessões e da lei da família	4
Especial Entrevista .....	6
Género e Violência .....	8
Fórum Mulher e Gender Links promovem a V Cimeira Nacional de Boas Práticas	10
Destaques e Actualidade .....	11
Destaques e Mundo .....	15
Histórias de Vida .....	19
Lista de membros .....	22

## FICHA TÉCNICA

<b>Título:</b> Boletim Informativo	<b>Nº de Registo:</b> 001/GABINFODG/1998
<b>Propriedade:</b> Forum Mulher - Coordenação para a Mulher no Desenvolvimento	<b>Capa e Maquetização:</b> Preview - Publicidade & Serviços
<b>Coordenação Editorial:</b> Aida Nhavoto	<b>Data da Impressão:</b> Outubro de 2018
<b>Revisão Linguística:</b> Conceição Marques	<b>Endereço:</b> C.P: 3632, Maputo-Moçambique Rua Vila Namuali, nº 246, R/C
<b>Fotografias:</b> Aida Nhavoto	Tel./Fax: (+258) 21 414 037 / (+258) 82 311 3920
<b>Coordenação Geral:</b> Nzira Razão de Deus	Email: forum@forumulher.org.mz

## EDITORIAL

### Fórum Mulher Promove Encontro de Harmonização das Contribuições da Sociedade Civil ao Projecto de Lei das Sucessões e Revisão da Lei da Família

As normas de direito substantivo reguladoras da sucessão por morte estão hoje contidas no Livro V, do Código Civil aprovado por Decreto nº 47344, de 25 de Novembro de 1966, tornado extensivo à Moçambique, então Província Ultramarina, por Portaria nº 22869, de 4 de Setembro de 1967, tendo entrado em vigor em 1968.

A revisão das normas reguladoras da sucessão por morte justifica-se assim, pela necessidade de tutelar de forma adequada a realidade social e cultural do nosso país, integrando-se no contexto global de reforma da legislação, em curso.

Por outro lado, para além da adopção por Moçambique de vários instrumentos legais internacionais, a entrada em vigor da Constituição da República de 2004, da Lei nº 10/2004, de 25 de Agosto (Lei da Família), do novo Código de Registo Civil, do novo Código do Notariado, da Lei nº 7/2008, de 9 de Julho (Promoção e Protecção dos Direitos da Criança) e outra legislação interna, torna inadiável a revisão das normas do Direito das Sucessões, não só para acomodar os princípios contidos nos referidos instrumentos internacionais e na CRM, como para uniformizar o regime de novos institutos consagrados em legislação mais recente.

Nesta edição destaca-se um artigo sobre o encontro de harmonização das contribuições da sociedade civil sobre o projecto de Lei das Sucessões e Revisão da Lei da Família, encontro organizado pelo Fórum Mulher em coordenação com a 3ª Comissão da Assembleia da República (Comissão dos Assuntos Sociais, Género, Tecnologias e Comunicação Social), que decorreu em Bilene nos dias 15 e 16 de Abril do ano em curso. Destacando os principais aspectos que carecem de revisão tais como a atribuição dos efeitos sucessórios á união de facto e define o seu regime, a posição do cônjuge na classe dos sucessíveis, entre outros.

Um outro artigo avalia, o percurso do Fórum Mulher ao longo dos 25 anos da sua criação, com destaque para a entrevista feita á Terezinha da Silva, uma dos membros fundadores do Fórum Mulher.

Chamamos também atenção para o texto que aborda matéria sobre a V Cimeira Nacional de Boas Práticas, promovido pelo Fórum Mulher em coordenação com a Gender Links, no âmbito da implementação do Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento Pós 2015, onde através do barómetro se faz a monitoria do grau de implementação deste instrumento regional.

Estes e outros assuntos, mereceram destaque nesta edição, recomendamos a vossa leitura e deixem as vossas análises e comentários.

Tenham uma boa leitura!

Graça Júlio



## PRIMEIRO PLANO

# Fórum Mulher promove encontro de harmonização das contribuições da sociedade civil sobre o projecto de revisão da lei de sucessões e da lei da família

Cerca de 35 pessoas representantes de várias organizações da sociedade civil que trabalham em prol dos direitos das mulheres, instituições de administração da justiça (ministério público e justiça) MGCAS, instituições académicas, associações de juristas e juízes e parlamentares juntaram-se num encontro nacional de harmonização das contribuições da sociedade civil sobre o projecto de revisão da lei de sucessões e da lei da família, organizado pelo Fórum Mulher em coordenação com a terceira comissão da Assembleia da República que decorreu em bilene, nos dias 15 e 16 de Abril.

Na sua intervenção Paula Vera Cruz, presidente do Fórum Mulher, referiu que o encontro é um momento em que se busca salvaguardar os interesses e direitos das mulheres no âmbito da relação familiar, buscando sempre ultrapassar um dos maiores problemas que a mulher enfrenta, o abandono e expropriação em caso de morte, separação com seu companheiro e despro-

tecção total da mesma, bem como harmonizar as contribuições sobre a idade núbil, a adopção e outros aspectos fundamentais.

Por seu turno Presidente da Comissão dos Assuntos Sociais, do Género Tecnologia e Comunicação Social, (CASGTCS) Antónia Charre, acrescenta que esta é também uma oportunidade para reflectir em torno da lei de sucessões com vista a incluir a mulher na mesma linha de sucessíveis que os descendentes, conferindo maior protecção da mesma e dos seus direitos e ainda incluir na mesma linha e classe de sucessíveis que os descendentes ou unido de facto sobrevivente. Reconhecer para efeitos de sucessão as relações que legalmente não são reconhecidas, uniões de facto, de modo a que se alcance a justiça social e uma vida digna para as mulheres, reduzindo os conflitos sociais, abandono da mulher e despejo e despojo dos bens que construiu com o seu companheiro ou marido.

Numa facilitação feita pela Dra. Irene Micas Uthui- Procuradora Geral Adjunta, e Vitalina Papadakis, Juíza Desembargadora, falando do direito a herança, os participantes concordaram na necessidade de eliminação da discriminação dos filhos nascidos fora do casamento em relação aos nascidos na constância de casamento devendo estes concorrer em igualdade de circunstâncias quando se trata do direito a herança.

A Juíza Desembargadora, Vitalina Papadakis, explicou, na ocasião, que no que tange à Lei da Família, foi chamada ao debate a questão da idade núbil que o número 2 do artigo 30 deste dispositivo prevê, uma excepção de 16 anos, devendo este ser revogado e propor-se que seja depois dos 18 anos. “Sendo o casamento definido como a união voluntária e singular entre homem e uma mulher, mediante a comunhão plena de vida, admitir que menores com mais de 16 anos e menos de 18 anos de idade possam casar, estará o Estado a permitir que crianças possam constituir família e, conseqüentemente, abandonar a infância e a escola para assumir responsabilidade com a casa, marido ou esposa e filhos”, explicou acrescentando ainda que há necessidade de conformar a Lei da Família com a Constituição da República, com as políticas sobre a eliminação dos casamentos prematuros e com as normas internas e instrumentos internacionais ratificados pelo país sobre a promoção e protecção dos direitos da criança em respeito ao princípio do superior interesse da criança.

Outro assunto trazido ao debate é a união de facto, tendo sido dito, acordado na ocasião, que há necessidade de sujeitar a união de facto a registo, sobretudo em salvaguarda dos direitos patrimoniais e conseqüentemente os sucessórios em caso de ruptura ou morte de um dos companheiros de forma a garantir a celeridade do processo de partilha de bens comuns de modo a evitar que outras pessoas estranhas à relação possam tirar proveito da precaridade da mesma. No entanto foi de consenso comum que registo da união de facto deve ser facultativo, ou seja, voluntário, de modo a não violar o princípio de manifestação livre de vontade. Foi igualmente concordado, ainda sobre a união de facto, que é imperioso que seja criada uma disposição que trata especificamente da união de facto. Outro assunto que fez parte das conversações é a questão do local da abertura da sucessão, Art. 2031 Código Civil (CC) prevê que o a abertura da sucessão ocorre no lugar do último domicílio do falecido, tendo sido proposto que se estabeleça claramente que abertura da sucessão ocorre no lugar do último domicílio geral do falecido.

Este encontro é seguimento às recomendações do encontro nacional de discussão do projecto de Lei das Sucessões e da Lei da Família realizado em Setembro do ano transacto e visava harmonizar as contribuições recolhidas nos diversos encontros realizados e elaborar um documento final que será adoptado num encontro nacional que antecederá a deposição deste instrumento legal à Assembleia da República.



## ESPECIAL ENTREVISTA

# “25 anos inspirando mulheres e raparigas para um mundo melhor”



**O Fórum Mulher completa 25 anos de existência, anos marcados de muitas lutas e desafios. Várias pessoas estiveram envolvidas na fundação do Fórum Mulher, uma delas é Terezinha da Silva, nossa entrevistada nessa edição do boletim Informativo.**

**Terezinha da Silva** é natural da Beira, aos 17 mudou-se para Maputo. Formou-se em Serviço Social pelo Instituto Superior de Serviço Social. Durante o tempo colonial trabalhou como assistente social no Centro de Investigação de Pescas em Moçambique. Logo após a Independência foi destacada para as Províncias de Cabo Delgado e Niassa onde exerceu funções durante 10 anos na área da Acção Social e Saúde. Transferida para o Ministério da Saúde, na área de formação, onde foi responsável pela formação dos agentes e técnicos de Acção Social. Mestre em Políticas Sociais e Planificação em Países em Desenvolvimento no London School of Economic and Political Sciences na Universidade de Londres. Foi presidente do Fórum Mulher.

**FM. Qual foi a motivação para a criação do Fórum Mulher? Quais foram os factores que influenciaram esta decisão?**

R: A ideia surgiu quando, depois do Acordo Geral de Paz, foi necessário apoiar várias iniciativas para a reconciliação, para a formação, e porque foi um contexto social marcado, negativamente, pelo segundo conflito armado.

Organizações nacionais e agências internacionais dispostas a apoiar as várias iniciativas que foram surgindo, decidiram organizar-se em 1992/1993 num fórum para melhor coordenação dos programas e actividades. Assim, foi criado o Fórum Mulher integrando organizações nacionais e internacionais, incluindo a Organização da Mulher Moçambicana ( OMM) que teve um papel importante no trabalho na base. A ONG finlandesa, a KEPA teve um papel crucial no desenvolvimento do Fórum Mulher alocando duas colaboradoras na área do desenvolvimento institucional e na produção de uma publicação

**FM. Qual foi o seu papel neste processo?**

R: Eu era membro do órgãos sociais e pela minha experiência no trabalho nas províncias, no Governo e, ao mesmo tempo, como activista na Associação PROGRESSO (criado em 1990) as áreas estratégicas de trabalho do FORUM MULHER foram desenhadas e implementadas com base na realidade local com todas as consequências da rotura do tecido social nas comunidades.

**FM. Considerando o contexto político dessa altura, como foi recebida a ideia de ter um Fórum que defendesse mulheres nas comunidades?**

Nessa altura nós não tínhamos capacidade institucional e financeira de abrir delegações nas províncias como acontece hoje. O Fórum Mulher era formado por membros que desenvolviam actividades a nível da base o que se tornou mais fácil a disseminação dos programas e actividades. A OMM teve um papel importante porque em todos os locais existiam delegações da OMM. Podemos constatar na publicação da autoria da Isabel Casimiro sobre o papel dos movimentos em que ela se refere ao papel da Organização da Mulher Moçambicana ao longo dos primeiros anos da nossa Independência.

**FM. Quais foram os desafios durante o processo de criação do Fórum Mulher?**

Foi bem recebida a ideia de criar uma rede de organizações que trabalham em prol dos Direitos Humanos das Mulheres, claro que os desafios constituíam a nossa aprendizagem. O conceito de rede nessa altura ainda era muito incipiente. A coordenação não era fácil, mas tivemos muito apoio das agências internacionais, nossos membros, das nossas colegas que trabalhavam sobre o mesmo fim, sobre o desenvolvimento e empoderamento das mulheres, nessa altura não falávamos em empoderamento mas em fortalecimento, hoje falamos empoderamento integrando outros aspectos para a de-

fesa e protecção às mulheres. Outro desafio que penso que é importante, é que nessa altura as pesquisas sobre a situação das mulheres em Moçambique eram escasas, foi aí que começou a WLSA Moçambique em 97/98 quando foi criada a wlsa regional e começámos a fazer as primeiras investigações sobre a situação da mulher moçambicana no CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS, um departamento de estudos da mulher, que era também membro do Fórum Mulher. Então nessa altura que nós começamos a trabalhar sobre a revisão da legislação, as lacunas existentes na legislação moçambicana, com a Isabel Casimiro, a Ximena Andrade, para argumentar a necessidade de alteração das leis, e uma das primeiras foi a lei de terras em 1997, que havia tendência para a privatização e nós conseguimos que a terra não fosse privatizada. Seguiram outros estudos sobre a lei da família, sim ou não a poligamia, então a ligação entre o FM e o CENTRO DOS ESTUDOS AFRICANOS no departamento da mulher contribuiu para o desenvolvimento do FORUM MULHER. e hoje vemos o quão são importantes os estudos para influenciar a mudança de leis, como aquele que fizemos sobre género e sexualidade, e ritos de iniciação.

### **FM. Quais são os principais marcos da instituição nestes 25 anos de existência?**

Eu penso que os principais marcos são a concretização e a consolidação desta rede que trabalha em defesa dos Direitos Humanos das Mulheres, ver que esta rede/ plataforma cresceu muito, aumentou número de membros, embora alguns não são activos. O Fórum Mulher é visto e reconhecido como uma rede solida, que tem sua visão e missão bem definida, possivelmente entre os membros nem todos estão afinados em relação aos princípios do Fórum Mulher como rede e não como uma organização, e poderem também contribuir com as suas acções e actividades para o desenvolvimento do Fórum Mulher, ainda há muitos de nós que pensa que o Fórum Mulher é uma ONG, o Fórum Mulher é uma rede e cada uma das nossas actividades vai contribuir para o desenvolvimento desta rede, mas ainda há muito por consolidar.

Actualmente temos que trabalhar por consorcio, por varias razões, porque só em rede conseguimos atingir os objectivos que são uma luta colectiva e mesmo que seja uma luta de qualquer área ou tema que vemos que tem riscos é preferível trabalhar em conjunto do que isolado. Claro que hoje a questão de financiamento é um desafio para todas as organizações e incluindo o FM, não só para a sua sustentabilidade financeira mas também para a política e institucional. Hoje em dia trabalhamos com profissionais como activistas mas mesmo como activistas, temos que dominar os programas, os temas, os conteúdos, a teoria de mudança, e só assim conseguimos atingir os resultados.

### **FM. Que lições aprendidas nestes 25 anos, que considera importante para a sustentabilidade política da organização?**

Importância do trabalho em rede. Ao longo desses 25 anos o Fórum Mulher sofreu muitos altos e baixos em relação às dinâmicas internas do próprio Fórum Mulher, os/as colaboradoras têm ideias diferentes, tem seus objectivos e prioridades, e por vezes é importante que nós saibamos que somos trabalhadoras sim, mas acima de tudo, é importante sermos activistas. Para garantir a sustentabilidade económica é preciso que o Fórum Mulher desenvolva programas que vão de acordo com as necessidades do país, das mulheres e de grupos sociais vulneráveis, definir acção do trabalho que fazemos como Fórum Mulher, lutar de forma continua ao lado de outras organizações para que a missão e visão do Fórum Mulher possam ir avante, lutar para que continuemos a coesão, porque agora há membros que tem suas expectativas de receber apoio financeiro do Fórum Mulher, e quando isso não acontece criam-se conflitos,

### **5. Como foi o processo de assumir uma identidade feminista?**

Primeiro é preciso entender o que isso de ser feminista porque há vários conceitos, o ser feminista homem ou mulher é lutar, defender os direitos dos cidadãos, pela justiça social, e defender aqueles que não têm voz. O ser feminista não é defender só as mulheres é defender numa perspectiva feminista porque sabemos que nesta balança entre homens e mulheres as mulheres estão muito desvantajadas. E é por isso que muitas das acções dos programas fazemos em prol das mulheres mas não quer dizer que ser feminista é defender só os direitos das mulheres, é defender, numa sociedade para que todos os cidadãos homens e mulheres tenham acesso e oportunidades e direitos iguais a recursos de um país. Então nossa identidade como FM feminista é realmente defender, falamos ate agora, em relação a todos os programas de mulheres, mas não quer dizer que pomos de parte os programas que então os homens como temos outras organizações membros, como o caso da REDE HOPEM que trabalha conosco, uma rede de homens que está a defender os direitos de homens e mulheres. (ver os objectivos da rede hopem) Como FM decidimos assumir a identidade feminista quando começamos a reflectir sobre as questões de desigualdades de género.

### **FM. Qual é o diferencial do FM ?**

Nenhuma organização é completamente autónoma há uma intersectorialidade. Aqui na WLSA nós desenvolvemos pesquisas como área estratégica principal mas se não disseminarmos os resultados da pesquisa com lobby e advocacia e acções de formação os conteúdos das nossas pesquisas têm pouco impacto. Nós hoje estamos muito interligadas, mesmo que o Fórum

Mulher tenha esse deferencial muito bom mas se não estiver conectada a outras organizações não vale nada. O Fórum Mulher tem agora a capacidade, o diferencial de agregar os membros, mas isso também não chega, é preciso que cada membro trabalhe para que esta rede chamado Fórum Mulher chegue à base, e isso o FM consegue fazer através dos núcleos, fóruns provinciais, e como membro de outras redes como tem acontecido agora e consegue chegar a base, as comunidades.

### **FM. Qual é a análise da actual situação da mulher?**

Mal. Apesar de todo o esforço ainda estamos mal, as desigualdades de género ainda são uma realidade, é uma luta muito grande para conseguir que a posição e direitos das mulheres seja igual aos homens a todos níveis.

Enquanto avançamos de um lado, doutro lado estamos a regredir, temos agora o caso do despacho 39/2003, que obriga as alunas do curso diurno para transitarem ao curso nocturno quando grávidas, estamos a lutar pelos direitos das crianças e ainda há instituições que defendem o conteúdo do despacho 39.

Na verdade estou um bocado pessimista, eu sinto que a luta que temos estado a fazer não deveríamos estar neste patamar. É uma luta de muitos anos, 40 anos, não deveríamos estar nesta fase.

Em termos de avanços, muita legislação que defende as mulheres foi melhorada mas ainda falta a implementação. Por exemplo a violência doméstica contra a mulher, uma pauta defendida pelo fórum mulher – a sociedade já aborda o tema como um mal, os media, as lideranças, todos os estratos sociais já falam do combate à violência de género, combate aos casamentos prematuros, ontem dizia-se que era nossa cultura mas hoje defendem que os aspectos culturais não podem acima dos direitos humanos, isso é um ganho também do FM.

### **FM. Como vê o Fórum Mulher daqui há 10 anos?**

Não sei porque é muito difícil, hoje em dia com as dificuldades que temos a nível institucional, financiamentos, prioridades que os nossos parceiros de cooperação tem, não é fácil. Podemos ser activistas mas precisamos angariar fundos e sermos mais assertivos na nossa luta. Sinceramente não sei como vai ser o nosso futuro. Vejo um futuro com muita luta. E para reduzir essa luta devemos continuar a desenvolver acções, programas que sejam visíveis, que tenham resultados, que tenham mudanças para termos a sustentabilidades institucional e política, sermos conhecidas como organização credível que pode continuar, temos que ser conhecidas a nível da sociedade e das lideranças políticas.

## **GÉNERO E VIOLÊNCIA**

# **Estado viola direito a saúde as mulheres privadas de liberdade**

Fonte de Informação: Comunidade da Apejor e jornal @verdade

Mulheres encarceradas no Estabelecimento Penitenciário Preventivo de Maputo, antiga Cadeia Civil, foram espancadas e indiscriminadamente introduzidas uma única luva nos órgãos genitais, na noite da segunda-feira (02 de Abril), por uma Unidade de Intervenção Rápida, durante uma revista às celas de objectos cuja posse é tida como proibida dentro da prisão.

As detidas relataram a situação como ultrajante e perigosa para sua saúde. “23 Horas de ontem [referia-se ao dia 02 de Abril], vivemos um problema grave aqui na Cadeia Civil [entenda-se Estabelecimento Penitenciário Preventivo de Maputo]. Pedimos a vossa ajuda para que isto não se repita, porque direcção da cadeia quer que a gente fique calada e até já pediu desculpas”.

Uma outra reclusa narrou que os oficiais superiores do Serviço Nacional Penitenciário (SERNAP) orientaram uma unidade de intervenção rápida da cadeia para efectuar uma vasculha de telemóveis nas celas mas “não apanhou nenhum telefone. Houve porrada que não acabava (...)”.

Na sequência, os agentes “usaram um par de luvas para meter na vagina de todas as meninas”, ignorando o facto de algumas delas “estarem doentes e infectadas por doenças como o HIV. As outras estavam de período menstrual e podiam contaminar as outras. Não gostei de ver, estou revoltada (...)”, relatou a nossa fonte.

Questionadas pelo @Verdade quantos homens da Unidade de Intervenção Rápida protagonizaram tais actos, as nossas interlocutoras souberam apenas dizer que “eram muitos” e cada uma das 10 celas da ala feminina entravam três de uma só vez.

Nenhuma das vítimas contraiu lesões graves mas sabe-se que pelo menos 35 reclusas foram atendidas no posto médico interno com hematomas nas nádegas e noutras partes do corpo, tendo sido receitadas anti-bióticos e outros paliativos.

Na visita realizada pelo Fórum Mulher, em parceria com a Comissão dos Direitos Humanos da Ordem dos

Advogados de Moçambique – CDHOAM, Jose Machado, director do estabelecimento, afirmou que a convivência com os reclusos tem sido pacífica. “Nós temos uma boa relação com nossos irmãos que se encontram neste momento privados de liberdade. Mesmo o dia 7 de Abril, passamos juntos o dia da mulher moçambicana, num ambiente de confraternização onde foram apresentados vários momentos culturais”, disse. Tendo acrescentado ainda que “Todas as celas são inspeccionadas periodicamente, ou seja, quer as masculinas ou femininas. No dia 2 Abril foram revistas todas as celas, não só a ala feminina como alguns órgãos de informação noticiaram e foi feito num processo normal obedecendo todas as normas previstas neste tipo situações”, desdramatizou Machado.

No entanto, de acordo com o comunicado de imprensa da Associação Para Regeneração e Reinserção do Jovem Recluso (APREJOR), o director confirmou actos de violência contra as detentas, como o caso de introdução de mãos nos órgãos genitais das reclusas na presença de agentes de sexo masculino.

Em comunicado de imprensa a APEJOR disse que a humilhação foi perpetrada pelos “agentes da Força dos Serviços de Prevenção e Gestão de Violência Declarada (SP-GVD), conhecida por Unidade de Intervenção Rápida das cadeias, orientada por oficiais superiores do SERNAP”.

A acção “semeou pânico no seio das reclusas que narram verdadeiros momentos de maus-tratos, tortura, violência sexual, atentando ao pudor e ultraje (...). Os agentes vasculharam telemóveis até nos seus órgãos genitais” das mulheres em alusão. Ela “foram torturadas para poderem indicar onde escondiam tais equipamentos”.

Segundo a APREJOR, citada no jornal a Verdade, os agentes obrigaram algumas reclusas a tirarem a roupa, incluindo as “calcinhas e inclinarem enquanto, uma das agentes presentes responsabilizava-se, em introduzir a mão nos órgãos genitais de cada reclusa vítima, em busca de tais objectos proibidos mas, usando uma única luva para todas elas”. A associação repudiou veementemente tais actos que, no seu entender, atentam contra os direitos fundamentais do Homem e contra a dignidade. “Os agentes colocaram inclusive as vítimas em risco de contrair doenças infecciosas”.

Ate dia 13 de Abril, data da ida do Fórum Mulher ao estabelecimento Penitenciário além do pedido de desculpa nenhuma acção específica tinha sido levantada com vista a responsabilizar os agressores e a devolver a saúde e bem estar das reclusas.





## Fórum Mulher e Gender Links promovem a V Cimeira Nacional de Boas Práticas

Autor do Texto: Gender Link - Edição: Fórum Mulher

Sob o Lema “50/50 até 2030! Empoderar a mulher, acabar com a violência baseada no género e com os casamentos prematuros”, decorreu hoje a sessão de abertura da V Cimeira Nacional de Boas Práticas no Âmbito da Implementação do Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento Pós-2015, que ocorreu no Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano, na Cidade de Maputo.

Com a duração de dois dias, a Cimeira enquadra-se numa série de outras cimeiras que a Gender Links em parceria com o Fórum Mulher vem levando a cabo a nível nacional e regional, como forma de criar uma plataforma de partilha de boas práticas e implementação de políticas, estratégias e planos de acção sobre a integração de género no governo local, empoderamento da mulher e da rapariga na prevenção da violência baseada no género, de casamentos prematuros e de todas as formas de discriminação – assim explicou Alice Banze, directora executiva da Gender Links Moçambique e para os países lusófonos.

A cimeira assistiu ao seu momento mais alto com o lançamento do livro e vídeo sobre casamentos prematuros, e do Barómetro produzidos pela Gender Links em colaboração com o Fórum Mulher, efetuado pela Primeira-Dama da República, Dra. Isaura Ferrão Nyusi, que abraçou a causa em 2017, altura em que se lançou a campanha de Prevenção e Combate aos Casamentos Prematuros.

A Ministra do Género, Criança e Acção Social, Cidália Chaúque Oliveira, frisou a contribuição das organiza-

ções da sociedade civil no combate e prevenção dos casamentos “vossa presença neste evento orgulha-nos pelo facto de sabermos que é inquestionável o vosso compromisso na promoção da igualdade de género e encoraja-nos a prosseguirmos com a missão de promover a emancipação da mulher”, disse.

“Temos uma visão de um mundo justo e livre da pobreza. E estamos conscientes de que esse tão almejado mundo justo e livre da pobreza jamais será alcançado enquanto prevalecerem injustiças ligadas às relações de géneros desiguais”- reafirmou o representante da Diakonia, através do pro-grama AGIR, William Mujovo.

O Protocolo do Género e Desenvolvimento da SADC é um dos instrumentos internacionais que de forma evolutiva apresenta metas concretas para a materialização da igualdade de género nos países membros da SADC até 2030.

A Gender Links trabalha com 19 dos 53 municípios existentes no país, sendo que o Fórum Mulher, é o Ponto Focal e membro do Grupo da Aliança Regional pela implementação e a Gender Links coordena a nível Regional. A Aliança regional é um grupo de organizações da sociedade civil, que fazem a monitoria do protocolo, através da elaboração do Barómetro, que é um documento que traz consigo, análises de dados qualitativos e quantitativos sobre a sua implementação.

## DESTAQUES E ACTUALIDADE

# V Cimeira Nacional de Boas Práticas: Municípios mostram boas práticas como centros de excelência

Edição: Fórum Mulher

É 19 o número de municípios moçambicanos que decidiram abraçar o Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento. No primeiro dia, 27, da V Cimeira Nacional de Boas Práticas, que se encerra no dia 28, no Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano, na Cidade de Maputo, alguns desses municípios fizeram apresentações das práticas que têm desenvolvido para se tornarem centros de excelência.

O Município de Chimoio foi um dos que fez a sua apresentação. De entre as várias práticas que lá se tem levado a cabo, uma delas é a de fomentar o acesso à educação a mulheres e raparigas. Isso é feito (principalmente) através da disponibilização de bolsas de estudos especificamente para pessoas desse género.

Em alinhamento ao lema da Cimeira, que é “50/50 até 2030, Empoderar a mulher, acabar com a violência baseada no género e com os casamentos prematuros”, o Município da Mocímboa da Praia contou que se tem esforçado para combater os casamentos prematuros. Em 2017, por exemplo, a edilidade conseguiu que 11 raparigas que se haviam casado prematuramente voltassem para casa, o que representa uma lição e ganho para as famílias e para a comunidade no geral.

Há que destacar também os casos dos Municípios de Manjacaze e Chokwé, que mostram que têm cumprido com a Agenda 50/50. Ambas as edilidades são conduzidas por presidentes mulheres e têm 50% de vereadores homens e 50% de vereadores mulheres.



**Paula Vera Cruz,**  
Presidente do Fórum Mulher

Esta cimeira acontece num momento em que o nosso país se prepara para acolher mais um pleito eleitoral autárquico que para as mulheres, constitui, um momento importante, para a sua afirmação política e de cidadania. Há louvar ainda, os esforços empreendidos pelo governo na busca da paz efectiva, que é pilar no protocolo.

O Protocolo do Género e Desenvolvimento da SADC é um dos instrumentos internacionais que de forma evolutiva apresenta metas concretas para a materialização da igualdade de género nos países membros da SADC até 2030.

O Fórum Mulher, é o Ponto Focal e membro do Grupo da Aliança Re-gional pela implementação e a Gender Links coordena a nível Regional. A Aliança regional, é um grupo de organizações da sociedade civil, que fazem a monitoria do protocolo, através da elaboração do Barómetro, que é um documento que traz consigo, análises de dados qualitativos e quantitativos sobre a sua implementação.

Desde que Moçambique ratificou o Protocolo, que as ações do governo na componente de género, tem monstado sinais significativos, a destacar a inclusão da metas do protocolo, nos principais instrumentos de planificação (Plano Quinquenal e Plano Nacional para o Avanço da Mulher), a despenalização do aborto, a aprovação da Estratégia dos casamentos prematuros, e a aprovação da lei de protecção da maternidade no sector público entre outras acoes de relevância para a promoção da igualdade de género.

Muito foi feito, mas ainda há muito se fazer em prol da promoção da igualdade de género, por exemplo na componente de violência, casamentos prematuros, na protecção dos direitos laborais das mulheres nos vários sectores da economia, entre outros. Esta cimeira que estamos a que hoje a realizar, se reveste de especial importância, porque estamos no término dos mandatos dos municípios, e queremos para além de partilhar as experiencias, queremos capitalizar essas mesmas experiencias para que elas continuem.

Actualmente mais de 48% das ra-parigas no país casam-se antes dos 18 anos e o país ocupa actualmente a 10ª posição de cerca de 200 países no mundo e em África, perfila também os primeiros lugares dos índices mais elevados dos casamen-tos prematuros.

Neste momento, estamos a reduzir a taxa através da retenção da rapariga nas escolas, como uma estratégia de combate de casamentos prematuros aprovada pelo Governo e Implementada por todos os seus parceiros, incluindo a Gender Links. Desta parceria o Governo vai implementar o Protocolo da SADC cujo maior objectivo é reduzir os índices de casamentos prematuros.

Os casamentos prematuros trazem como consequência as doenças nas crianças, como é o caso da Fístula Obstétrica, índices muito altos de pobreza, por isso a nossa principal estratégia é a educação, mas precisamos encontrar mecanismos de ter as raparigas na escola, formando rapazes e meninas para que percebam por si só que é possível elas decidirem o seu futuro.

As sensibilizações nas famílias são muito importantes, pois, têm de perceber quais são as vantagens de as raparigas casarem muito mais tarde, pois há casos de práticas tradicionais em que as crianças que são reservadas para o casamento em toda a parte.

Nós encontramos mecanismos de que as raparigas decidam seu futuro por si só e não haja envolvimento das pessoas mais adultas.

O maior desafio que enfrentamos é a retenção da rapariga na escola, ter comunidades que percebem os males dos casamentos prematuros e encontrar sociedades capazes de envolverem-se e não permitirem a efectivação desses casamentos e a ocorrência violência, pois a violência baseada no género afecta as crianças e a toda uma sociedade e é difícil encontrar condições são quando as famílias são violentadas, então, a paz é condição para que as famílias reduzam o índice de casamentos prematuros.



**Cidália Chaúque,**  
Ministra do Género Criança e Acção Social

## DESTAQUES E ACTUALIDADE

# Dia internacional do trabalhador: “Se o salário do patrão subiu só 260 imagina da empregada doméstica



Este é o questionamento que levou varias mulheres, jovens e raparigas, a uma marcha, em defesa das trabalhadoras domesticas, na manhã de 1 de Maio, em Maputo. A marcha coordenada pelo Fórum Mulher enquadra-se nas comemorações do dia internacional do trabalhador.

Várias mensagens de repudio foram levantadas visando defender as trabalhadoras domesticas uma vez que o seu trabalho não esta regulamentado na lei do trabalho. Neste instrumento o governo definiu o salario mínimo para cada sector porém, não esta previsto nele, o sector ao qual esta classe deve pertencer muito menos o salario mínimo para as grandes ajudantes de muitas famílias moçambicanas. O salário a ser pago a uma trabalhadora domestica ainda depende da boa vontade do patronato, o que é uma grande fragilidade para elas.

A maternidade das trabalhadoras domesticas também não tem nenhum tratamento neste instrumento. Muitas são obrigadas a interromper o seu trabalho, sem nenhuma remuneração sempre que estiver grávida.

A crise de água também foi trazida nas reivindicações do dia do trabalhador visto que também tem contribuído para piorar a situação das mulheres domesticas.

## DESTAQUES E ACTUALIDADE

# Acções de 8 de Março: O tempo é agora: activistas rurais e urbanas transformam a vida das mulheres”

### Contexto:

A criação do Dia Internacional da Mulher dá-se no início do século XX, no contexto da Segunda Revolução Industrial e da Primeira Guerra Mundial, quando ocorre a incorporação da mão-de-obra feminina, em massa, ao operariado. Em 1909 foi celebrado o primeiro dia internacional da Mulher e daí em diante as comemorações passaram para muitas partes do mundo a 8 de Março.

Este ano, várias organizações da sociedade civil, a nível nacional, estiveram envolvidas nas comemorações do dia internacional da mulher sob o lema geral “O tempo é agora: ativistas rurais e urbanas transformam a vida das mulheres”. No entanto cada província tinha liberdade de moldar o texto de acordo com o seu contexto.

### Província de Niassa: “Ate alcançar a igualdade: o tempo é agora”

Sob lema “**Ate alcançar a igualdade: o tempo é agora**” várias mulheres despiram se de todas as diferenças, arregaçaram as mangas, tomaram as ruas de Niassa com cânticos e mensagens de esperança.

São cerca de 100 mulheres que se juntaram, no dia 8 de Março, em Niassa, para celebrar os avanços das mulheres e reafirmar a continuação da luta pelas mesmas oportunidades no âmbito das comemorações do dia internacional da mulher. A actividade foi organizada pelo Forum das Organizações Feministas de Niassa ( Fofen), membro do Fórum Mulher com mais de 91 organizações membras de base, em parceria com a União Provincial do Camponeses ( UPC).

Na ocasião a vice-presidente do Fofen, Adelina Luís, apresentou uma mensagem do sentimento das mulheres, onde saudou a as negociações entre o presidente da Republica, Filipe Nyusi e o presidente da Renamo, Afonso Dlhakama, pelo processo definitivo da paz. Reconheceu que a paz é importante para as mulheres uma vez que elas são as mais prejudicadas em caso de conflito militar. Reconheceu ainda que apesar desses esforços por parte dos dois intervenientes os desafios ainda continuam.

“Viver em paz significa também viver num mundo sem a violência contra as mulheres. Daí que fazemos o apelo a todas e todos para pautar numa sociedade sem violência, numa sociedade onde as mulheres e raparigas vivam sem medo de serem agredidas, violadas e retiradas os seus direitos”, disse.

Ilda Macome secretaria permanente do distrito de Lichinga em representação do governo, falou das conquistas das mulheres desde a lei que protege as mulheres

da violência, da lei de família, da existência do gabinete de atendimento da mulher e criança, da lei terra porém abordou dos desafios que ainda prevalecem mas também admitiu que o baixo nível de escolaridade das mulheres, o menor numero de mulheres com DUAT, e a ocupação dos espaços de tomada de decisão ainda são os maiores desafios das mulheres em Niassa.

Ainda no âmbito das comemorações do mês da mulher varias mulheres, oriundas de diferentes distritos da província de Niassa com destaque para Mandimba, Cuamba Mecanhelas, Majune Chumbunila juntaram-se numa mesa redonda, na cidade de Lichinga, no dia 9 de Março, para debater sobre acesso a terra e auto-emprego para classe feminina. Trata-se de um evento organizado pelo FOFEN em parceria com União Provincial dos Camponeses do Niassa. A actividade visava colher subsídios por parte das mulheres e posteriormente encaminhar ao executivo provincial e as organizações da sociedade civil sobre os anseios da classe feminina em relação ao empreendedorismo e acesso a terra segura.

O Baixo nível de escolaridade, a falta de mecanismos de escoamento de produtos que dificulta o acesso ao mercado e a Falta de documentação que dificulta o acesso ao DUAT foram as principais questões levantadas.

Marinela Dias, painelistas, destacou a importância de ter mais mulheres empreendedoras como estratégia para alcançar a autonomia financeira. Marinela é empreendedora no ramo hoteleiro e conta que não foi fácil chegar ao status de empreendedora mas que teve garra e determinação pois passou por muitos preconceitos por ser mulher. “Muita gente desacreditou-me no início, tive muitos nomes e muita gente que torcia para que eu caísse mas hoje além de empresária sou directora provincial dos correios foi porque eu acreditei em mim”, conta.

Adelina Luís também foi uma das participantes que usou do momento para partilhar sua história. Ela conta que ser activista mudou sua vida. “Quando perdi meu marido fiquei desesperada porque não sabia como ia sustentar meus filhos. Passei fome até um dia conhecer uma amiga que fazia parte da associação grupo acolhida, que me convidou a fazer parte e eu aceitei. Fui treinada para ser activista e comecei a fazer trabalhos de sensibilização no meu bairro. Na altura ainda havia muito preconceito mas eu não desisti e continuei a trabalhar. Depois de um tempo, consegui que meus filhos estudassem e hoje todos já tem o nível médio completo. Tenho uma machamba de feijão de 1.5h. Com os subsídios activismo entrei para o grupo de poupança e credito que também é outra actividade que ajudou me muito. Hoje eu sou uma mulher independente graças as formações que o Fofen me deu”, afirma



## DESTAQUES E ACTUALIDADE

# Maputo: Marcha Mundial das Mulheres moçambicanas promove debate sobre Mobilidade Pública e Género

Cerca de 34 pessoas de várias organizações da sociedade civil e instituições públicas participaram de um debate sobre mobilidade pública e género que Realizou-se no dia 15 de Março de 2018, no Centro Cultural Franco Moçambicano, em Maputo. O debate surge da necessidade de criar uma ponte entre os utentes para a melhoria da mobilidade pública tendo em conta as questões de género no âmbito das comemorações do dia Internacional da mulher e foi organizado pela Marcha Mundial das Mulheres de Moçambique em coordenação com o Fórum Mulher.

O especialista em mobilidade, Joaquim de Tejada afirma que existe uma ponte entre mobilidade e género e apresentou um sistema de transportes que é onde as mulheres aparecem vulnerabilizadas pois o mesmo não favorece à questão de género e explica a razão. “Para fazer-se no interior dos transportes semi-colectivos, é preciso ter força física e os homens têm vantagens nesse aspecto. As terminais de chapas (Xipamanine, Xiquelene, Zimpeto, etc) são, maioritariamente, escuras e as mulheres são obrigadas a fazer ligações para evitar esperar nessas terminais mas, acabam chegando tarde à casa. O percurso da paragem à residência é outro ponto que aflige as mulheres. E, neste contexto da chegada tardia devido às ligações, levanta-se outra problemática que é a violência doméstica, justificada pela tardia chega a casa”, explica.

Vânia Nhambire, uma das participantes do debate conta que já teve experiências desagradáveis no trans-

porte público justificado pela enchente do mesmo. “um homem começou a encostar me e a simular movimentos sexuais. Quanto mais eu fugia, mais ele aproximava-se e, quando reclamei, ele perguntou se eu não via que o chapa estava cheio”, conta.

Tomando a palavra, O Vereador de Transportes e Trânsito do Município de Maputo, João Matlombe, explicou que o município tem feito esforços para melhorar a mobilidade pública que algumas paragens foram melhoradas tendo convidado as organizações da sociedade civil a juntar-se ao Município que juntos possam melhorar o acesso das mulheres no transporte público e para que as questões de género sejam acauteladas. Foi dada a palavra à sociedade civil que, na voz de uma mulher, disse que mulheres não são vulneráveis mas sim são vulnerabilizadas. Acrescentou ainda que uma série de factores são impostos para que as mulheres se tornem no elo mais fraco.

Outra participante mostrou seu desagrado em relação ao oportunismo que se verifica nos transportes públicos. “Existem homens que apalpm as mulheres nos carros, se fazem de doentes mentais mas na verdade são homens normais, que sabem que aquilo é errado mas, continuam fazendo porque sentem-se no poder de usufruir do corpo da mulher”, disse.

Os desafios nos transportes públicos são dados como um dos factores que também contribuem para as desistências das mulheres as escolas.

## “Avanços e desafios nos direitos das mulheres em Moçambique e no Mundo”



Várias organizações da sociedade civil, juntaram-se, na tarde do dia 8 de Março, numa mesa redonda, organizada pelo Fórum Mulher, pelo Alto Comissariado do Canadá e a pela embaixada da França. O evento enquadra-se nas comemorações do dia Internacional da mulher e foi para discutir os avanços e desafios nos direitos das mulheres em Moçambique e no mundo.

De acordo com Graça Machel, painelista e representante do fundo de desenvolvimento agrário, (FDC), uma organização membro do Fórum Mulher, apesar de vários avanços na promoção da mulher ainda temos muitos rostos femininos invisíveis. “Temos a mulher na Assembleia da Republica mas não temos o rosto da mulher na produção do conhecimento, no sector económico. Não temos a visibilidade das mulheres rurais e domesticas. Há milhões de mulheres que estão a ser deixadas para trás”, disse.

Assim, Machel sugere que se desencadeiem acções concretas visando a inclusão e visibilidade das mulheres reconhecendo o seu real contributo para a nação.

Para Pascale Grotenhuis, embaixadora da Holanda em Moçambique, as mulheres estão em situação de desvantagem, mesmo com seu grande e invisível papel na economia. “se implementarmos as acções que promovam a equidade do género de certeza que teremos a subida em 25% no sistema económico, advindo da contribuição das mulheres, se realmente conseguirmos contribuir para construção de espaços que empoderem a rapariga e a mulher”, afirma.

Por seu turno, Selma Inocência, jornalista e painelista, entende que a as escolas não são mais espaços seguros para a mulher e a rapariga pois elas são tidas como o elo mais fraco. Para Inocência existem leis que contribuem para enfraquecer ainda a rapariga, “temos uma legislação que não abona os direitos das mulheres, o caso do de-

creto que manda elas automaticamente para o curso nocturno quando estão grávidas”, afirma. “Temos que pensar na revogação deste decreto, não podemos falar de equidade de género se a rapariga é culpada quando engravida, quando ela é a única responsabilizada”, acrescenta.

Nzira de Deus, Directora executiva do Fórum Mulher, referiu que a celebração do 8 de Março deve ser conectada a acções colectivas, deve ser um momento de reflexão, de encontro de todas as mulheres que criam, falam, solucionam as suas dificuldades. De Deus conta que em 1992, diferentes mulheres, de sectores diversos, reuniram-se para falar, discutir e buscar a solução à pressão da violência que muitas destas sofriam, dando assim começo a luta coletiva pelo fim da violência.

A representante da maior organização feminista de Moçambique acredita que o trabalho colectivo e o envolvimento de todas as mulheres é que tem sido o maior vector das conquistas que são hoje notórias na sociedade. “Em 2009 conseguimos que aprovassem a lei de penalização justa da violência contra mulher. Juntas podemos transformar a sociedade não deve haver lutas individuais, temos de ter lutas colectivas, temos direito de sonhar”, exige. “Enquanto tivermos mulheres violentadas, raparigas obrigadas a unirem-se maritalmente, não vamos travar a nossa luta”, acrescenta.



Em relação a questão colocada pelo moderador Bayano Valy, da rede de Homens pela mudança (Hopem), sobre as mulheres que são negadas emprego devido a gravidez, Graça Machel afirma que o problema não esta na lei mas sim na forma como ela é implementada assim sugere uma agenda concreta. “Uma agenda de advocacia deve obedecer três níveis: definir os níveis de intervenção; metodologia e tempo de duração e por fim as lutas não devem ser individuais e sim colectivas. Temos que lembrar de que Moçambique é um dos países com maior presença de mulheres no parlamento mas o grosso delas esta no mercado informal e não há nenhuma estratégia clara de como levá-las ao sector formal. É também necessário levar acções concretas que visem entender junto das nossas famílias o valor que é dado a rapariga e o dado ao rapaz. Os casamentos prematuros são uma realidade, precisamos de estratégias lembrando sempre que o casamento é tido como resolução de problemas financeiros”, disse.

Whitney Sabino, umas das participantes e membro do movimento das jovens feministas de Moçambique (Movfemme), exigiu a visibilidade das mulheres em espaços de tomada de decisão e das mulheres que estiveram envolvidas na luta de libertação Nacional para que seja mais visível o papel desta na sociedade.



“Queremos que hajam mais espaços de tomada de decisão para as jovens e mulheres. Também pedimos a cara das mulheres que estiveram envolvidas na luta de libertação deste país, elas devem ser as nossas mentoras de lutas, é triste o que vemos usam mulheres em tempo de campanha eleitoral, mas ninguém dá espaço a estas quando querem ser ouvidas”, exigiu.

Ao fim do debate varias sugestões de estratégias e soluções foram levantadas com vista a melhorar a situação da mulher. Desde determinar o tempo de duração de uma luta ou campanha, inclusão de mulheres afectadas fisicamente pelas lutas, vigilância e militância, inclusão de mulheres de todos sectores, ate o envolvimento da Mídia nas lutas de modo que este possam reportar e discutir fenómenos ligados a violação dos direitos humanos das mulheres e raparigas.

## DESTAQUES E MUNDO

### Activistas sociais exigem justiça e liberdade de expressão



O Fórum Mulher juntou-se a varias organizações defensoras dos direitos humanos, em Nova Iorque, durante a reunião de CSW, numa acção de solidariedade pela morte de Marielle Franco. O grupo exigia justiça, responsabilização dos culpados e fim de intimidação as feministas e defensoras da democracia.

Marielle Franco é uma vereadora negra e feminista que foi brutalmente assassinada na noite do dia 14 de Março, no Estácio, no Brasil. A vereadora foi atingida por vários tiros tendo perdido a vida no local. Fortes indícios apontam que o assassinato de Marielle foi uma execução política motivada pelas graves denúncias que a vereadora vem fazendo sobre a barbárie implementada pela Polícia Militar nas favelas do Rio de Janeiro e, mais recentemente, na favela de Acari no domingo, 11 de Março.

Marielle era uma mulher negra e oriunda de uma favela, foi militante de extrema importância para o movimento feminista do estado do Rio de Janeiro. Pautou pela construção de políticas públicas para as mulheres na cidade com destaque para o enfrentamento à violência e para a defesa dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Mariella acabava de ser nomeada relatora da comissão da Câmara Municipal responsável por acompanhar a intervenção militar no Rio de Janeiro. Franco foi assassinada quando regressava de um evento intitulado “Jovens Negras Movendo as Estruturas”.

Em comunicado de imprensa, citado Agencia EFE, no dia 26 de Março, um grupo de relatores de direitos humanos das Nações Unidas, classificou o caso como muito alarmante e afirma que o mesmo visa intimidar todos aqueles que lutam pelos direitos humanos no Brasil. “Sua morte é alarmante já que claramente visa intimidar todos aqueles que lutam pelos direitos humanos e pelo Estado de Direito no Brasil. Pedimos às autoridades brasileiras que usem esse momento trágico para rever completamente suas escolhas na promoção da segurança pública e, particularmente, para intensificar substancialmente a proteção dos defensores dos direitos humanos”, exigem.

No mesmo comunicado, os relatores afirmam que Marielle é uma activista com destaque, uma autêntica lutadora pelos direitos humanos. Defendia os direitos de mulheres e jovens negras, das minorias sexuais, das residentes nas zonas pobres do Rio de Janeiro

Assim como no Brasil, Moçambique tem sido palco de várias intimidações aos defensores dos direitos humanos. Os últimos três anos foram marcados de assassinatos, silenciamentos e raptos até o recente caso do Jornalista Ericino de Salema que decorreu no dia 27 de Março, no sindicato Nacional de Jornalistas, em Maputo.

Em repúdio a esta tentativa de rapto e assassinato, com traje preto e branco, varias organizações da sociedade civil, das quais o Fórum Mulher também fez parte, juntaram-se numa acção pública, no local onde este foi raptado, para manifestar sua insatisfação aos

recentes casos de intimidação aos defensores dos direitos humanos.

Azagaia, Andre Cardoso, Melita Matsinhe e Enia Lipanga fazem parte do grupo dos artistas que se juntou a luta pelo fim da intimidação a liberdade de expressão. Na ocasião, Nzira de Deus, directora executiva do Fórum Mulher disse que a caso Ericino não deve ficar impune, que a sociedade moçambicana deve exigir seus direitos ate que sejam alcançados.

De Deus acrescentou ainda que a “Vigília”, acção pública que decorria, é uma acção conjunta de solidariedade ao Ericino de Salema e mostra que o Fórum Mulher repudia todo e qualquer tipo de violência contra os defensores dos direitos humanos.

Esta Acção foi antecedida por um comunicado de imprensa e uma petição entregue a representante da Assembleia da Republica, Verónica Macamo, solicitando sua atenção na promoção de debates com vista a resolução e eliminação de casos de atentados a democracia.

Na petição, entregue a Verónica Macamo, a sociedade civil, demanda que a representante da casa do povo tome os seguintes posicionamentos:



I. Transmita à Assembleia da República o clamor dos cidadãos, que gritam: “Basta de ataques a cidadãos inocentes e de sua intimidação no exercício de direitos e liberdades fundamentais!”

II. Lidere uma iniciativa da Assembleia da República, destinada à aprovação, pelo órgão, de uma Resolução, condenando, nos mais veementes termos, atentados contra a vida de cidadãos ou contra a sua integridade física, visando impedi-los de exercer direitos e liberdades fundamentais, nomeadamente direitos de cidadania.

III. A Assembleia da Republica convoque Sua Excelência o Ministro do Interior, a fim de, perante o representantes do povo, providenciar informação circunstanciada, sobre o andamento das investigações destinadas a esclarecer as causas e circunstancias de ataques e agressões infligidos nos últimos anos a diferentes cidadãos, de modo a identificar os seus autores e leva-los a respond-

erem em tribunal pelos seus actos, com punições exemplares, sempre que se prove a sua culpa e

IV. De forma substantiva e publicamente visível, a Assembleia da República promova acções de enaltecimento e defesa de direitos fundamentais dos cidadãos, incluindo o direito às liberdades de expressão e de imprensa, bem como o direito à informação, destacando a sua centralidade na sustentação do sistema democrático.

## DIVULGAÇÃO

# Deputados argentinos aprovam legalização do aborto: Projeto vai para o Senado



Texto extraído: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/deputados-argentinos-aprovam-legalizacao-do-aborto-projeto-vai-para-o-senado.ghtml>

O projeto de lei permite o aborto livre até a 14ª semana de gestação. Atualmente, aborto é permitido apenas em caso de estupro ou risco para a vida da mulher.

Câmara de Deputados da Argentina aprovou nesta quinta-feira (14) um projeto de lei que prevê a legalização do aborto. O projeto passará agora ao Senado.

Eram necessários 128 votos para aprovar ou vetar o projeto. Ele foi aprovado por 129 votos a favor e 125 contra. Também houve 1 abstenção.

O projeto de lei permite o aborto livre até a 14ª semana de gestação. Atualmente na Argentina o aborto é permitido apenas em caso de estupro ou risco para a vida da mulher.

O debate no plenário da Câmara durou mais de 20 horas, em um ambiente de nervosismo pela imprevisibilidade do resultado. Os deputados estavam divididos. Minutos antes do início da sessão, alguns deputados indecisos anunciaram suas posições. Ainda assim, não ficou clara a postura da maioria: dos 275 deputados, 122 haviam se declarado contra e 117 a favor.

## Câmara da Argentina aprova legalização do aborto

Do lado de fora do prédio do Congresso em Buenos Aires, manifestantes pró e contra a legalização do aborto faziam vigília.

Na Câmara, o debate se estendeu por dois meses e meio. Na América Latina, o aborto sem restrições é legal em Uruguai e Cuba. Também é permitido na Cidade do México. Em quase todos os demais países só pode ser realizado em caso de risco de vida para a mulher, inviabilidade do feto ou se a gravidez for fruto de um estupro. Em El Salvador e na Nicarágua, é proibido em todos os casos.

## Manifestação e vigília

Os argentinos se mostram divididos tanto dentro como fora do parlamento. Movimentos a favor e contra a legalização do aborto se concentraram na quarta-feira nos arredores do Congresso, onde permaneceram de madrugada e até a manhã desta quinta, para acompanhar o debate e a votação.

Os manifestantes favoráveis ao aborto legal exibiam lenços verdes, enquanto os contrários vestiam lenços azuis. Segundo o correspondente da Rádio França Internacional em Buenos Aires, o número de defensoras da legalização chegou a ser quatro vezes superior graças às militantes de partidos de esquerda que abraçaram a causa.

Na semana passada foi realizada em Buenos Aires uma “oração inter-religiosa pela vida”, que contou com a participação de líderes da Igreja católica e outras correntes cristãs, assim como de muçulmanos e judeus.

Imagem aérea desta quinta-feira (14) mostra à esquerda do Congresso da Argentina, em Buenos Aires, manifestantes a favor do aborto e à direita os contrários (Foto: Jorge Saenz/ AP Photo) Imagem aérea desta quinta-feira (14) mostra à esquerda do Congresso da Argentina, em Buenos Aires, manifestantes a favor do aborto e à direita os contrários.

Ao mesmo tempo, estudantes tomaram várias escolas em Buenos Aires para apoiar com uma vigília a despenalização do aborto.

Manifestações a favor e contra a prática foram realizadas ao longo dos últimos meses no país. A campanha pró-aborto teve mais repercussão e impacto. Ela levou multidões às ruas em Buenos Aires. Já no interior do país, as marchas contra a legalização foram mais numerosas.

## Mortes por abortos

Segundo cifras oficiais citadas pela agência France Presse, 17% das 245 mortes de mulheres grávidas registradas em 2016 ocorreram por abortos. Várias ONGs calculam que a cada ano morrem cerca de 100 das 500 mil mulheres que fazem abortos clandestinos na Argentina.

“A penalização do aborto impõe uma carga discriminatória sobre as mulheres e meninas e põe em risco sua vida e sua saúde. O Congresso argentino tem uma oportunidade histórica de proteger os direitos das mulheres, ao pôr fim a este status quo injusto e cruel”, afirmou José Miguel Vivanco, do organismo de defesa dos direitos humanos Human Rights Watch, em um comunicado horas antes do início da sessão parlamentar.

Por outro lado, a vice-presidente argentina, Gabriela Michetti, afirmou: “Temos mulheres que morrem por abortos mal praticados, é um tema de saúde pública que existe. Mas não aceito que para melhorar esta situação estejamos encurtando a vida de outro”.

## HISTÓRIAS DE VIDA

### Associação das mulheres viúvas de Nampula Tereza Gregoline: Mulheres transformando vidas e buscando alternativas de auto sustento.



“Eu sou Maria Amina Sebastião, vivo me Muatala, sou viúva. Decidi fundar a Associação das Mulheres Viúvas de Nampula quando fui tirada a casa pela outra parceira do meu marido. Eu trabalhava na OMM e tive que ir a uma formação em Maputo, quando voltei da formação ele já estava a viver com outra mulher na minha casa com os meus 4 filhos, depois de um tempo ele vendeu a nossa casa e ficou com todo dinheiro. Decidi ir meter queixa mas meu filho mas velho me aconselhou a não avançar.

Depois comecei a trabalhar na pastelaria da OMM, quando foi encerrada voltei a vida agrícola, fiquei camponesa na paróquia São Jose. Dai apareceu uma irmã italiana, Daniela, começamos a fazer trabalhos de jornalismo com ela, entrávamos nas comunidades e víamos a dificuldades das comunidades.

No fim de tudo ela reuniu a mim a mais algumas colegas, explicou que ia voltar para Itália mas perguntou como nós íamos sobreviver e nos aconselhou a fundar uma associação.

Primeiro reunimo-nos com um grupo de mulheres, fizemos palestras e procurávamos saber da vida das mulheres viúvas. Depois de recolher todas as informações vimos que devíamos fundar uma associação e decidimos trabalhar. Decidimos fazer um trabalho que fosse ajudar as mulheres viúvas de todas as comunidades e de toda a cidade de Nampula. Então fomos a Radio Encontro para dar a informação e vieram cerca de 373 mulheres viúvas, mas elas pensavam que nós íamos distribuir comida, arroz, sabão, isso em 2002.

Nós tivemos que explicar que nossa ideia era ajudar as mulheres a criarem seu auto sustento, auto emprego,

como abertura de machambas ou fazer qualquer coisa para ajudar os nossos filhos. Muitas desistiram ficamos apenas 35 e como era o inicio não tínhamos nenhum recurso, algumas foram abandonando e ficamos com um grupo de 10. Então pensamos como íamos fazer? Eu como sempre cresci com as missionárias, eu fiquei com um grupo de mulheres e as ensinei a fazer bolinhos, esse foi o primeiro projecto de mulheres viúvas e o pouco que conseguíamos repartíamos entre nós. Nessa altura eu vivia numa casa de aluguer, tinha que fazer esforço para conseguir pagar a renda. Na cidade já nos conheciam como vendedeiras de bolinhos.

Vendíamos os bolinhos em baldes cada uma vendia na sua comunidade. Mais tarde vimos que toda a vizinhança estava a imitar o nosso projecto tivemos que abandonar e criamos um outro projecto de criação de frangos.

Nessa altura veio também da Itália senhora, em visita a paróquia, que viu nosso grupo gostou e decidiu apoiar nos construindo aviários, uma barraca e uma casa de banho.

Em 2014 conseguimos estatuto, saímos no BR, e o nosso estatuto dizia que quem arranjasse marido perdia o estatuto de viúva. Uma parte de grupo conseguiu arranjar marido e saiu mas nós resistimos, e conseguimos com a venda de frangos comprar casa para algumas.

Actualmente somos 11 associadas, o lucro de frangos dividimos entre nós. Interrompemos durante um ano quando houve a mudança de governação.

Mas graças a associação conseguimos formar nossos filhos, eu consegui formar minha filha que é juíza presidente da cidade da Beira, Ana Paula Sebastiao Jose Luis Mwanhewe, outro meu filho é escrivão provincial. Isso é graças ao pouco rendimento da Avmas de Nampula.

Nós não temos nenhum parceiro, nem salario definido, nós recebemos dos nossos lucros da venda de frango e por mês conseguimos vender cerca de 300 frangos e de lucro quando o negocio esta bom, conseguimos uns 30/25 mil.

Também conseguimos alfabetizar as nossas associadas, muitas delas entraram na associação sem saber ler nem escrever mas agora já sabem, uma das quais decidiu se formar e hoje já é licenciada em historia.

A nossa associação chama-se associação das mulheres viúvas de Nampula Tereza Gregoline, em homenagem a uma viúva que faleceu vítima de violação sexual durante o tempo de guerra.”

## Rede de mulheres empreendedoras de Nampula: Vivi 12 anos de casada sem saber que sexo prepara-se



Sou **Vitoria da Conceição Carlos Segundo**, tenho 28 anos e sou mãe solteira. Fundei uma organização de mulheres empreendedoras de Nampula por causa daquilo que eu estava a viver. Sofri todo tipo de violência, sexual e doméstica. Fui aos ritos de iniciação aos 13 nos e depois decidi casar para ajudar minha família, meu pai tinha 6 filhos e não trabalhava. Casei com 16 anos com um homem 16 anos mais velho que eu. No entanto ao invés de ajudar minha família eu só aumentei a pobreza, fiz 4 filhos sem saber o que era uma cama, dormíamos na esteira.

Meu parceiro abusava de mim, toda vez que voltava do serviço ele me abusava. Quando tive o primeiro filho, muito bem antes da criança completar um ano ele já queria fazer relações sexuais comigo, como eu recusava ele usava força por isso acabei engravidando antes do meu primeiro filho começar a andar. Nesse uso abusivo da força ele rasgou-me uma parte da barriga, tenho uma cicatriz que nunca e esqueci dela. Mas eu não dizia nada aos meus pais, porque fui ensinada nos ritos que devia suportar o lar. Só depois de viver 10 e ter 4 filhos é que me apercebi que estava mal e precisa de ajuda.

Decidi começar a trabalhar, mas ele me chamava de prostituta e me tirou do meu primeiro emprego. Em 2012 consegui outro emprego e quando recebi ele levou todo meu salário foi beber, me ligou da barraca para me dizer que eu não era nada. Decidi nesse dia sair de casa. Fui alugar uma casa e tentei seguir minha vida.

Em 2012, quando eu ainda estava casada, meu pai convidou me a participar de uma formação do FM no pavilhão, fala-se de fístula e violência contra a mulher. Nesse dia eu fui depois de receber uma pancada dele. Ouvi histórias de outras mulheres e comecei a chorar recordo me que foi a Maira que me acalmou. Aprendi nessa formação que sexo prepara-se mas eu não sabia, vivi 12 de casada sem saber que sexo prepara-se.

Aprendi muito dessas formações.

De seguida decidi abrir me com meu pai e ele levou o caso ao tribunal mas meu marido fugiu. Comecei a fazer parte do Nugena, que é membro do FM, e fui formada como activista. Decidi expandir os conhecimentos, comecei a conversar e sensibilizar mulheres para perceberem que podiam fazer mais.

Comecei a observar o sofrimento de outras mulheres, fui ter com uma moça que casou aos 13 anos, que aos 16 já tinha dois filhos e ela estava a passar por tudo aquilo que eu tinha passado. Dei do meu dinheiro 1000 meticais para ela iniciar um negócio e Juntas fazíamos um xitique. Abri um negócio na casa onde eu alugava, porque eu sei fazer trancas, coloquei la uma moça e o número aumento para três, então decidimos expandir e trazer mais mulheres.

Agora somos 45 mulheres, nós pagamos cotas mensais, nos dias de encontro cada uma deve trazer o fundo que nos ajuda a deslocar para lugares mais distantes. Voltei para escola, fiz curso de contabilidade e trabalho como técnica de contas. Mas a organização esta andar.

A segunda que recrutamos voltou para escola e agora trabalha como professora. As formações do Fórum Mulher e ajudaram muito e hoje eu me sinto uma mulher forte e capaz.

## Lucínia Aliji e a sua luta contra a discriminação: As pessoas diziam que não sirvo para sociedade



Sou Lucínia Aliji, sou natural de Inhambane. Eu não nasci deficiente, adquirei esta deficiência aos 3/4 anos, dizem que tive uma paralisia infantil. Como toda a criança eu fui a escola mas o caminho para minha escola devia passar por casa de uma moça que gozava muito comigo. Ela imitava a forma deficiente que eu andava.

Isso desanimou-me muito, e quase que desistia de ir a escola. Para conseguir seguir ir a escola devia estar acompanhada. Devia ter sempre uma protecção e minha família me apoiou muito nisso.

Fui para a faculdade e as pessoas me perguntavam porque estudar se eu não servia para a sociedade por ser deficiente.

Eu as vezes me esqueço que sou deficiente, so me recordo quando tenho alguém a minha frente a imitar a minha forma de andar. Depois da faculdade fui a escola de condução, as pessoas perguntavam como uma pessoa que anda mal, com um pé sem força e menos altura que outro queria aprender a conduzir, diziam que eu ia apenas pisar pessoas na estrada. Mas com apoio da minha família eu consegui tirar a minha carta de condução e ate hoje só conduzo carro manual, mesmo com deficiência.

Fui muito discriminada, as vezes eu caia por falta de estabilidade mas minha família me ajudou muito e hoje faço tudo o que eu quero. A minha família sempre apoiou a levantar a minha auto-estima. Trabalhei 18 anos na LDH com Alice Mabota e agora estou trabalhar na AMMCJ que é também membro do FM.

Entendi que a deficiência não é o limite, fiz muitas coisas que eu queria fazer na minha vida. Fui muito incentivada na LDH a formar me e hoje minha vida segue normalmente. Incentivo as mulheres portadoras de deficiência a seguir as suas vidas normalmente que elas são capazes. A vida não é fácil para ninguém, temos que definir nossas metas e objectivos e lutar ate conseguir.

## Lista de Membros

### ACADER

ACCOORD - Associação de Cooperação para o Desenvolvimento

ACTIVA - Associação das Mulheres Empresárias e Executivas

ADEMUCR - Associação para o Desenvolvimento da Mulher e Criança Rural

### AKILIZETHO

AMMCJ - Associação Moçambicana das Mulheres de Carreira Jurídica

AMMD – Associação Moçambicana de Mulheres Portadoras de Deficiência

AMME - Associação Moçambicana das Mulheres na Educação

AMODEG - Departamento Feminino dos Desmobilizados de Guerra

AMORA- Associação Moçambicana para a Promoção da Rapariga

AMR- Associação das Mulheres Rurais

AMUDEIA - Associação da Mulher Desfavorecida da Indústria Açucareira.

AMUEDO - Associação da Mulheres Empregadas Domésticas

APARMO - Associação de Parteiras de Moçambique

ASCHA- Associação Sócio-Cultural Horizonte Azul

Associação Coalizção da Juventude Moçambicana

ASSOMUDE- Associação da Mulher para a Democracia

ATAP- Associação dos Técnicos Agro Pecuários

AVIMAS- Associação de Viúvas e Mães Solteiras

AVVD – Associação das Vítimas de Violência Doméstica

CÁ-PAZ - Associação para assistência Psicossocial as Vítimas de Violência

COMISSÃO “MULHER E DESPORTO” - Comité Olímpico Nacional

Cruzeiro do sul – Instituto de Investigação para o Desenvolvimento José Negrão

FAWEMO-Fórum para a Mulher Africana Educadora

FDC-Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade

FORCOM-Fórum Nacional das Rádios Comunitárias

FÓRUM DA 3 IDADE

Fundação Lurdes Mutola

KUTENGA

LEMUSICA- Levante-te Mulher e Siga o Seu Caminho

MUCHEFA- Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da

Mulher Chefe da Família

MULEIDE - Associação Mulher Lei e Desenvolvimento

MULHERES CAMPONESAS DE MAOCHAS

NAFEZA-Núcleo das Associações Femininas da Zambézia

NUGENA-Núcleo de Género de Nampula

NUMAC - Núcleo da Mulher Académica - Dra. Rosita Alberto

NWETI

ONP/SNPM – Organização Nacional dos Professores: Comité da Mulher e do Jovem professor

ORAM- Associação Rural de Ajuda Mútua

OTM- COMUTRA - Comité da Mulher Trabalhadora

PROGRESSO

PROMUGE-Promoção para a Mulher e Género

SINTIQUIAF -

SINTMAP-COMUTRA - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Marinha Mercante e Pescas

UGC-União Geral dos Camponeses

UNAC-União Nacional de Camponeses

URAFIKI WA WANAWAKE

WLSA-Women in Law in Southern Africa

FOFEN-Fórum das Associações Femininas do Niassa

FAA-Fundação Apoio Amigo

LUARTE

Hixikanwe

OMO Organização da Mulher Moçambicana

AMDDH - Associação Moçambicana para a Defesa dos Direitos Humanos

AMOPROC - Associação Moçambicana para a Promoção da Cidadania

AMRU - Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Mulher Rural

SÉ-RIXILE - Associação de Educação de Adultos e Desenvolvimento Comunitário

MEMBROS NÃO EFECTIVOS

Action Aid

ADOCA - Associação Moçambicana das Donas de Casa

## Lista de Membros

AECI-Agência Espanhola de Cooperação Internacional – Escritório Técnico de Cooperação em Maputo	SAVE THE CHILDREN
Afrika GRUPPERNA -Grupos África da Suécia – GAS	SINTIA - Comissão Nacional das Mulheres da Indústria Açucareira
ASDI - Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional	SITIME - Sindicato Nacional dos trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metal Mecânica
Associação Moçambicana das Mulheres pela Paz	SOROPTIMIST
CARE	TROCÁIRE -Agência Católica para o Desenvolvimento
CEA/DEMEG – UEM - Centro de Estudos Africanos	UNICEF-Fundo das Nações Unidas para a Infância
CEDESSET - Centro de Educação e Desenvolvimento de Saúde Segurança no Trabalho	WAKHELA - Mulher Educação e Desenvolvimento
CEPDHD - Centro de Pesquisa dos Direitos Humanos e Desenvolvimento	OMM- Organização da Mulher Moçambicana
CJE - Coligação para a Justiça Económica	NORAD - Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento
COMMUNITY AID ABROAD	
COOPERAÇÃO SUÍÇA	
CUSO-CANADÁ	
CVM - Cruz Vermelha de Moçambique	
DFDTT-MAM - Direcção de Formação, Documentação e Transferência de Tecnologia	
EMBAIXADA DO REINO DOS PAÍSES BAIXOS	
ESPERANÇA - Associação Juvenil de Apoio a Comunidade?	
FEDERAÇÃO MUNDIAL LUTERANA	
FNUAP-Fundo das Nações Unidas para a População	
G.E.P.R.-Gabinete da Primeira-dama	
HELPAGE – INTERNACIONAL	
IDIL-BALCÃO DA MULHER -Instituto Nacional do Desenvolvimento da Indústria Local	
KEPA-Centro de Serviços de Cooperação Finlandesa	
MBEU - Associação para a Promoção do Desenvolvimento Económico e Sócio Cultural da Mulher?	
MICOA - Ministério para a Coordenação Ambiental	
MINAG/PROAGRI - Ministério da Agricultura	
MMCAS-DNM- Direcção Nacional da Mulher e CNAM	
NUMMA –CEA/UEM - Núcleo da Mulher e Meio-Ambiente	
PNUD-Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	
PROFAMÍLIA MOÇAMBIQUE	
SARDC-Centro de Pesquisa para a África Austral	



## “25 ANOS INSPIRANDO MULHERES E RAPARIGAS PARA UM MUNDO MELHOR”

Parceiros:



Schweizerische Eidgenossenschaft  
Confédération suisse  
Confederazione Svizzera  
Confederaziun svizra



Rua de Namuali, nº 246, R/C – C.P. 3632 Tel./Fax: +258 21414037 / +258 82 31 13 920  
E-mail: fórum@forumulher.org.mz  
Maputo-Moçambique